

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento 401 - Centro - CEP 35.169-000 CNPJ 18.307.389/0001-88 - tel/fax (33) 3425-1151

LEI MUNICIPAL N°.257, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011.

Cria o Conselho Municipal da Juventude COMJUVE no Município de Braúnas, e Contém Outras Providências.

- O POVO DO MUNICÍPIO DE BRAÚNAS, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte a Lei:
- Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal da Juventude COMJUVE com as seguintes atribuições:
- I Estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural de município;
- II Sugerir ao prefeito propostas de políticas públicas, projeto lei ou outras iniciativas consensuais que visem a assegurar e a ampliar os direitos da juventude:
- III Desenvolver em conjunto com as Secretarias estudos, debates e pesquisas relativas à questão da juventude;
- IV Fiscalizar e tomar providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da Juventude;
- V Receber sugestões oriundas da sociedade e opinar sobre denúncias que lhes sejam encaminhadas, no âmbito de suas atribuições, dando ciência das mesmas aos órgãos competentes do Poder Público, apoiar, acompanhar e assessorar projetos de interesse da juventude;
- VI Promover a cooperação e o intercâmbio com organismos similares em níveis municipal, estadual, nacional e internacional.

realism 09/02/2011

1



ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento 401 - Centro - CEP 35.169-000 CNPJ 18.307.389/0001-88 - tel/fax (33) 3425-1151

- Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se jovem a pessoa com idade entre dezesseis e vinte e nove anos de idade completos.
- Art. 3º O Conselho Municipal da Juventude será composto prioritariamente por jovens, sendo:
 - I Um representante do meio rural indicado pelo sindicato da classe.
- II Um representante da área comercial indicado pelos comerciantes do município.
 - III Um representante dos estudantes secundaristas.
- IV Um representante dos movimentos religiosos do município, que tenham juventude organizada.
- VI Cinco representantes do Poder Executivo, indicados pelas Secretárias com projetos voltados à juventude.
 - §1° O Prefeito dará posse aos Conselheiros e seus suplentes.
- §2° Os Conselheiros elegerão entre si três nomes dos quais o prefeito indicará o presidente, ficando a cargo do Conselho a indicação do Secretário Geral.
- §3° O mandato dos Conselheiros, de seus respectivos suplentes e do Presidente do Conselho será de dois anos, permitida a recondução por igual período.
- §4° O poder executivo providenciará a publicação de edital que será amplamente divulgado, a fim de noticiar, a tantos quantos venham a se interessar, à abertura de vagas para o Conselho e o respectivo cronograma para preenchimento das vagas.
 - Art. 5° Ao presidente do Conselho compete:
 - I Convocar e presidir as sessões do Conselho;
 - II Proferir o voto de qualidade;
 - III Dirigir a Secretaria Executiva;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento 401 - Centro - CEP 35.169-000 CNPJ 18.307.389/0001-88 - tel/fax (33) 3425-1151

- IV Orientar a elaboração e execução dos projetos e programas do
 Conselho;
 - V Fazer a apresentação das matérias encaminhadas ao Conselho;
 - VI Fixar as atribuições dos demais membros.
- Art. 6° O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado por órgãos da Administração Pública Municipal e o caráter, a natureza e as condições que será prestado serão definidos pelo regulamento desta lei.
- Art. 7° Todos os órgãos da Administração Municipal têm a obrigação de repassar ao Conselho dados, informações e documentos inerentes a ações e medidas administrativas relacionadas com a juventude.
- Art. 8° A função de Conselheiro não será remunerada nem implicará em vínculo com o poder público, sendo considerado de relevante serviço público.

Parágrafo único: Os Conselheiros poderão fazer jus a uma ajuda de custo correspondente ao deslocamento e alimentação.

- Art. 9° É facultado ao COMJUVE solicitar servidores público da administração pública direta e indireta para formação de equipe técnica e de apoio administrativo, bem como de pareceres necessários á consecução dos seus objetivos.
- **Art.10** As manifestações do Conselho terão caráter propositivo ou consultivo, conforme a natureza do assunto e sua efetiva necessidade:
- I Função consultiva, quando provocado a emitir juízo aos projetos,
 encaminhados pelo órgão executivo, por meio de pareceres;
- II Função propositiva, quando formular políticas de consenso, devidamente pactuadas e harmonizadas com os diversos atores da sociedade representados no Conselho.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento 401 – Centro – CEP 35.169-000 CNPJ 18.307.389/0001-88 – tel/fax (33) 3425-1151

- Art. 11 Fica criado o Fundo de Integração da Juventude FINJUV destinado a gerir recursos e financiar parte das atividades do Conselho Municipal da Juventude.
 - § 1° O Fundo de Integração da Juventude será constituído por:
 - I Dotações orçamentárias;
- II Dotações de entidades nacionais e internacionais, governamentais
 e/ou não governamentais;
 - III Doações particulares;
 - IV Legados;
 - V Contribuições voluntárias;
 - VI Produto das aplicações dos recursos disponíveis;
 - VII Produto de vendas de materiais, publicações e eventos realizados.
- § 2° O Fundo de Integração da Juventude será gerido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, auxiliada por um Conselho de Administração, eleito entre os membros do COMJUVE, garantida a paridade de representação entre as entidades e órgãos governamentais.
- § 3° O Fundo prestará contas, obrigatoriamente, ao COMJUVE, à Auditoria Geral do Município e ao Tribunal de Contas do Município.
- Art. 12- Caberá ao COMJUVE instituir seu regimento interno e dispor sobre outras normas de organização, no prazo máximo de noventa dias após sua instalação.
- Art. 13 O Conselho de que se trata esta lei não substitui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente C.M.D.C.A. nas atribuições que a ele são conferidas pela legislação própria de defesa e proteção da criança e do adolescente.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento 401 – Centro – CEP 35.169-000 CNPJ 18.307.389/0001-88 – tel/fax (33) 3425-1151

Art. 14 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braúnas, 07 de fevereiro de 2011.

JOVANI DUARTE MENEZES
Prefejto Municipal